



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 858/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 2183/2007 – 8 VOLUMES.**

**Apenso:** Processo 1245/2004.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

**4- Exercício:** 2006.

**5- Responsáveis:** Sr. José Dantas Cyrino Júnior, Secretário, à época.

**6- Unidade Técnica:** Informação n.º 59/2015 – DICAD-MA.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 451/2015 – Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED.  
Exercício de 2006.

*Regular com ressalvas. Multas. Notificação ao interessado.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Convocado Relator, **em divergência** com o Parecer do Ministério Público de Contas, no sentido de:

**9.1 – À UNANIMIDADE, JULGAR, REGULAR COM RESSALVAS**, as Contas do Sr. **José Dantas Cyrino Júnior**, responsável pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED durante o exercício de 2006;

**9.2 – POR MAIORIA:**

**9.2.1 - MULTAR** o responsável por estas Contas:

**a)** com fulcro nas disposições do art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em R\$ 13.152,56 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) em razão da remessa intempestiva de dados em todas as competências (janeiro a dezembro) do exercício de 2006 por meio do sistema ACP;

**b)** com fulcro nas disposições do art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em virtude da ausência de dados no sistema ACP e da assinatura do 1º termo aditivo ao contrato n.º 92/2005 após a expiração da avença original;

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

## ACÓRDÃO Nº 858/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**9.2.2 - FIXAR** prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. José Dantas Cyrino Júnior para que recolha, em benefício dos cofres estaduais, os valores inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das sanções pecuniárias deverá ser atualizado monetariamente (art. 308, § 3º, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM);

**9.2.3 - AUTORIZAR**, desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02-TCE/AM;

**9.2.4 - NOTIFICAR** o interessado a respeito do desfecho dado a estes autos e DETERMINAR que ele observe os preceitos contidos na Lei Complementar n.º 06/91, Lei n.º 8.666/93 e na Resolução n.º 10/12 – TCE/AM – TCE/AM, bem como comprove, em futuras ocasiões, as medidas tomadas a respeito de débitos.

***Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.***

**10- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 14 de fevereiro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição